


Tema: Sector Vitivinícola				Âmbito: Regional	
Título: Governo só vai reformar o sector do vinho				Temática: Generalista	
2006/07/19	O PRIMEIRO DE JANEIRO – PRINCIPAL	Pág.23		Imagem: 1/1	Periodicidade: Diaría

ENTIDADES CERTIFICADORAS VÃO SER REDUZIDAS

Governo vai reformar sector do vinho

O Governo quer deixar de tomar parte das comissões vitivinícolas e defende a reforma na Administração Pública do sector do vinho para reduzir para metade as entidades certificadoras. O incentivo da Comissão Europeia à diminuição da produção pode levar ao arranque de vinhas.

O ministro da Agricultura anunciou ontem, em Bruxelas, uma reforma da Administração Pública para o sector do vinho que contempla a redução para metade das entidades certificadoras e a “saída” do Estado das comissões vitivinícolas. “Lancei um desafio ao sector, no sentido de ele próprio reduzir o número de comissões vitivinícolas regionais. Há 16, o Governo decidiu lançar um caderno de encargos para um concurso para oito entidades certificadoras, que hoje funcionam junto das CVR e poderão continuar a funcionar. É esse o objectivo do Governo”, explicou.

Jaime Silva falava à entrada para uma reunião dos ministros da Agricultura da União Europeia, cujo principal ponto da agenda foi precisamente o arranque da discussão sobre a reforma profunda que a Comissão Europeia deseja para o sector no espaço comunitário. O governante indicou que vai publicar este mês o caderno de encargos para o concurso, sustentou que “é desejável” que só as actuais 16 comissões vitivinícolas se candidatem, con-

vidando “algumas das actuais CVR a concorrerem juntamente”, acrescentando que a tutela “gostaria, por exemplo, que a sul do Tejo houvesse uma única entidade certificadora que englobasse os vinhos do Alentejo e do Algarve”.

Jaime Silva ressaltou que nesta reforma administrativa “há uma excepção: o Instituto do Vinho do Douro e do Porto”, que se manterá e funcionará também como entidade certificadora. A reforma da Administração Pública para o sector do vinho contempla ainda o fim das nomeações dos presidentes das CVR pelo Estado, com o ministro a justificar que “o Estado retira-se, porque o sector está pronto para enfrentar com tranquilidade esta reforma. Não faz sentido que organismos interprofissionais, que englobam produção, transformação e comércio, tenham entidades indicadas pelo Estado”, sustentou.

O responsável alertou ainda para o risco de os produtores de vinho em Portugal poderem optar por arrancar vinha, atraídos pelo “prémio cego” que a Comissão Europeia pretende conceder para diminuir a produção. “Há um arranque previsto pela Comissão Europeia, em troca de x por hectare. No nosso país, o montante que corre levará muita gente a arrancar vinha. Não podemos aceitar que haja um prémio cego. Os países menos ricos são os que vão aderir mais, porque o prémio é interessante”, disse.

PRODUÇÃO

Arranque de vinha

O Executivo comunitário sugere o arranque de até 400 mil hectares de vinha em cinco anos, contra um prémio global de 2.400 euros, a redução das ajudas ao sector e o fim dos apoios à destilação, mediante a necessidade de produzir menos e melhor vinho, limitando os excedentes. O ministro da Agricultura de Portugal só equaciona o arranque de vinha “a par da reconversão e sujeito ao princípio da subsidiariedade”, e não de uma “forma cega”, que possa levar ao abandono da produção. “O arranque pode ser a solução para os países que mais contribuem para os excedentes (como França e Itália) e que têm alternativas. Não é o caso português”, concluiu Jaime Silva.